



Aprovado maior rigor para punir lavagem de dinheiro

Vai à sanção substitutivo da Câmara a projeto apresentado em 2003 por Antonio Carlos Valadares que prevê punição por lavagem de dinheiro proveniente de qualquer fonte ilícita e permite que o Judiciário acolha denúncia mesmo sem condenação pelo crime antecedente

Iniciativa aprovada ontem atualiza a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) para torná-la mais eficiente. A proposta, relatada na CCJ por Eduardo Braga e na CAE por José

Pimentel, autoriza o confisco prévio de bens dos envolvidos no crime para levá-los a leilão com agilidade, evitando que se desvalorizem à espera da liberação judicial. Vários senadores

elogiaram a aprovação. Para Pedro Simon e Pedro Taques, no entanto, as alterações da Câmara à versão aprovada pelo Senado impediram que o alcance fosse ainda maior. **2**

Na CPI, empresário contradiz Marconi sobre venda de casa **3**



Senadores Pedro Simon e Alvaro Dias conversam com os deputados Carlos Sampaio, Paulo Teixeira e Dr. Rosinha pouco antes da reunião de ontem da CPI do Cachoeira



Walter Santiago (D) diz ter comprado imóvel por R\$ 1,4 milhão, em dinheiro

Propostas que eliminam voto secreto começam a ser analisadas no dia 13 **4**

Conselho de Ética rejeita pedido de perícia em gravações da PF **4**

Tombini vê sistema financeiro sólido e com liquidez **5**

Aprovado nome de Assusete Magalhães para compor o STJ **5**



Relator e líder do governo, Eduardo Braga (de óculos) afirma que direitos serão garantidos

Líder do governo anuncia mudança na MP para evitar perda de salário de médicos **8**



Entre Izabella e Steiner, Rollemberg apresenta edição da revista *Em discussão!* sobre a Rio+20

Ministra cobra melhores condições para produtos primários do Brasil

Em debate ontem, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu para a produção brasileira os mesmos benefícios

concedidos a produtos de países desenvolvidos no comércio internacional. Audiência marcou o Dia do Meio Ambiente. **7**

Luiz Henrique será o relator da comissão que vai analisar MP do Código Florestal **6**

Projeto foi aprovado em Plenário e segue para sanção. Uma das inovações, segundo Eduardo Braga, é que bens apreendidos devido ao crime poderão ser repassados a estados e municípios, e não apenas à União

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores durante votação do projeto que atualiza a Lei de Lavagem de Dinheiro, relatada na CAE por José Pimentel (C)

Lei contra a lavagem de dinheiro ganha mais rigor

O CRIME DE lavagem de dinheiro poderá ser tratado de forma mais rigorosa. O Plenário aprovou ontem projeto que atualiza a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) para torná-la mais eficiente. A proposta, aprovada na forma de substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 209/03, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), segue agora para sanção presidencial.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto foi relatado por Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado. Segundo o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Pimentel (PT-CE), a lei atual, de 1998, estava defasada, pois nos últimos anos as organizações criminosas aperfeiçoaram e inovaram os métodos de atuação.

— A lavagem de dinheiro é um dos estratagemas mais maléficos e eficazes no estímulo à expansão do crime organizado. Não é uma questão nacional, é uma pandemia que aflige países desenvolvidos e emergentes. A reforma na legislação é um grande passo para modernizar o combate à lavagem de dinheiro, tornando-o mais rigoroso e eficaz — defendeu o autor do projeto, Antonio Carlos Valadares.

Entre as principais alte-

rações está a possibilidade de punição para lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita. Atualmente, só há crime se o dinheiro envolvido vier de uma lista predefinida de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, sequestro, crimes praticados por organização criminosa e crimes contra a administração pública e o sistema financeiro.

Com a mudança, a legislação passaria da “segunda geração” (rol fechado de crimes antecedentes) para a “terceira geração” (rol aberto de crimes). Outro avanço é que o Judiciário pode acolher a denúncia por lavagem de dinheiro mesmo sem a condenação pelo crime antecedente, o que pode ocorrer, por exemplo, nos casos de prescrição ou insuficiência de provas. O texto também permite a delação premiada a qualquer tempo.

Confisco

O projeto autoriza o Judiciário a fazer o confisco prévio dos bens dos envolvidos no crime e levá-los a leilão com agilidade. A intenção é evitar que automóveis, barcos, aviões e imóveis fiquem parados à espera da liberação judicial para venda e sofram desvalorização. Os recursos arrecadados com os leilões serão destinados a uma conta vinculada. No caso

de absolvição, retornam para os réus.

A possibilidade de apreensão de bens em nome de terceiros, conhecidos como “laranjas”, também é novidade. Hoje a legislação prevê a apreensão apenas para bens ou valores em nome do acusado de lavagem de dinheiro.

O texto também inova ao ampliar a lista de instituições que ficam obrigadas a identificar clientes e informar às autoridades operações suspeitas. A medida alcança, por exemplo, empresas que comercializam imóveis, artigos de luxo ou que agenciam atletas e artistas, além de empresas de transporte de valores. O projeto prevê que a multa para o descumprimento da medida passará dos atuais R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões.

Outra inovação importante, conforme salientou o relator na CCJ, Eduardo Braga, é que o patrimônio apreendido poderá ser repassado a estados e municípios, e não apenas à União, como ocorre atualmente.

— Muitas vezes a União não tinha interesse em ter a guarda e a manutenção [dos bens], que poderão ser repassados aos estados e municípios, dando uma destinação social e mais justa ao dinheiro público que foi desviado e que provocou aquele acúmulo de patrimônio — explicou Eduardo Braga em entrevista à Rádio Senado.

Simon: “Texto não é o melhor, mas o possível”

Apesar de reconhecer o avanço conquistado com a aprovação do projeto contra lavagem de dinheiro, Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou o fato de o Senado ter apenas acolhido o substitutivo da Câmara à proposta. Para ele, o melhor texto seria o aprovado inicialmente pelo Senado, “bem mais abrangente”.

— Estamos votando apenas 30% do que poderíamos votar.

Mas é o texto politicamente possível — afirmou.

Pedro Taques (PDT-MT) também disse que o resultado “não foi o ideal”, mas considerou o projeto aprovado um avanço em pontos como a abertura do rol de crimes antecedentes e a recuperação dos bens comprados com recursos de origem ilegal. Wellington Dias (PT-PI) ressaltou que a lavagem de

dinheiro “é responsável hoje por significativas distorções no funcionamento da economia”.

José Agripino (DEM-RN) acrescentou que, com a nova lei, o Brasil impede as brechas que estimulam a corrupção e as contravenções. Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), as mudanças são uma importante contribuição do Legislativo e do Executivo ao Judiciário no combate à corrupção.

Eduardo Suplicy defende financiamento público de campanhas

Waldemir Barreto/Agência Senado



O financiamento público das campanhas políticas e a prestação de contas em tempo real foram defendidos por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Projeto do senador (PLS 564/11) estabelece que os partidos políticos, as coligações e os candidatos serão obrigados a divulgar pela internet, diariamente, todos os recursos recebidos.

— O candidato deve divulgar para os cidadãos tanto o dispêndio realizado na sua campanha como a captação de recursos financeiros e outras formas de contribuição material — afirmou.

Sobre o financiamento público das campanhas, Suplicy disse que pode ser necessário um plebiscito para que a população opine sobre a questão. Caso ele não seja aprovado, o senador sugere limitação do financiamento privado apenas para pessoas físicas e com valor máximo de contribuição.

Aprovada doação de helicópteros à Força Aérea da Bolívia

Em votação simbólica ontem, o Plenário aprovou autorização para o Poder Executivo doar quatro helicópteros à Bolívia. A matéria (PLC 44/11), agora vai à sanção.

Anibal Diniz (PT-AC), que relatou o projeto na Comissão de Relações Exteriores (CRE), explicou que os helicópteros H-1H Iroquois, de fabricação estadunidense, “já não atendem mais as necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB)”, geram muitas despesas para ficarem armazenadas e sua venda não compensa economicamente, devido ao alto custo para mantê-las em condições de voo.

— Já a Força Aérea Boliviana manifestou interesse na aquisição das aeronaves para facilitar as operações de combate ao narcotráfico — destacou.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h15 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Prazo de precatórios

14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012.

CCJ: Alertas sobre catástrofes

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que obriga as concessionárias de TV, rádio e telefonia celular a divulgar alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos. Constam também da pauta projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.

CAS: Cercas eletrificadas

9h Projeto sobre a instalação e a manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Outro projeto estende ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

CCJ: Coligações eleitorais

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta de emenda à Constituição que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Analisa também indicações para o Tribunal Superior do Trabalho: Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre Agra Belmonte.

AVIAÇÃO CIVIL: Formação profissional

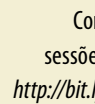
14h Como parte do ciclo de debates sobre políticas públicas para a aviação civil, a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realiza audiência pública para discutir a formação de recursos humanos no setor. Participa a secretária de Navegação Aérea Civil da Presidência da República, Clarice Lacerda Rodrigues.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h** segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Simon lembra entrevista de Pagot à IstoÉ: "Ele debocha de todos nós"

Pedro Simon pede convocação de Pagot à CPI

Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem o que chamou de "apelo dramático" para que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as conexões de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, convoque para prestar depoimento o ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot.

Simon disse que Pagot fez à revista *IstoÉ* denúncias sobre arrecadação para campanhas políticas que envolvem "praticamente todos os partidos". O senador lembrou que o ex-diretor-geral do Dnit afirmou que gostaria de depor na CPI, mas que duvida que seja convocado, porque "muitos parlamentares têm medo".

— O fato nos deixa em uma situação delicada. O senhor Pagot debocha de todos nós. Não posso entender como ele ainda não foi convocado.

No pronunciamento, Simon parabenizou o presidente do Senado, José Sarney, por ter marcado a data para que os projetos que visam acabar com o voto secreto pelos parlamentares sejam votados no Plenário.

Ele avalia que o voto secreto é uma conquista dos eleitores, mas seus representantes devem sempre praticar o voto aberto, de modo que possam ser fiscalizados. Para que uma eventual votação da cassação do mandato do senador Demóstenes Torres seja feita com voto aberto, é preciso alterar as normas vigentes.

O senador ainda apresentou cumprimentos à ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Maria Weber, por ter negado mandado de segurança à Delta Construções, que tentava evitar quebras de sigilo definidas pela CPI. A empresa é acusada de envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

De acordo com o parlamentar, foi mais um voto "de extraordinária repercussão" da ministra. O primeiro, afirmou, foi na votação da Lei da Ficha Limpa.

Empresário contradiz governador de Goiás sobre negócio com casa

Após depoimento, relator da CPI, Odair Cunha, defendeu quebra do sigilo bancário de Marconi Perillo. Alvaro Dias quer antes ouvir governador

O EMPRESÁRIO GOIANO Walter Paulo Santiago afirmou ontem na CPI do Cachoeira que pagou R\$ 1,4 milhão em dinheiro vivo por uma casa do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). A informação contraria a versão de Marconi, que declarou ter recebido três cheques, os quais, segundo a Polícia Federal (PF), foram assinados por Leonardo Ramos, sobrinho de Cachoeira.

A contradição levou o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), a defender a quebra de sigilo bancário do governador. Ele chegou a levantar a suspeita de que Marconi tenha recebido duas vezes pela casa, o que elevaria o valor do negócio para R\$ 2,8 milhões.

Já o presidente interino da CPI, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), afirmou que a versão apresentada pelo empresário Walter Santiago "complica mais a vida do governador". Para Teixeira, as diferentes versões sobre a venda da casa, onde Carlinhos Cachoeira foi preso em fevereiro pela PF, geram "uma nuvem" em torno do negócio.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o partido sempre defendeu a vinda do governador para que os fatos fossem esclarecidos. Entretanto, no entender dele, embora alguns tentem transformar a investigação em "CPI do Marconi Perillo", a compra da casa é apenas um detalhe em uma investigação muito mais ampla.

— [A fala de Walter Santiago] não complica nem descomplica, é uma questão de interpretação de quem ouviu o depoimento. Nós temos que questionar o governador. Depois desse questionamento é que nós saberemos — disse Alvaro, para quem a discussão sobre a quebra de sigilo deve ocorrer somente depois que a CPI ouvir Marconi.

O depoimento do governador está marcado para a próxima terça-feira, às 10h15. Em nota, o governador Marconi reafirmou ter recebido o pagamento pela casa por meio de cheques.

Risos

Ontem, Walter Santiago informou que pagou a casa

em notas de R\$ 50 e R\$ 100, em "pacotinhos", a partir de "retiradas" que foi fazendo aos poucos da faculdade da qual é dono, a Padrão. Ele arrancou risadas dos parlamentares ao dizer que não tem conta bancária — afirmação que corrigiu depois — e que R\$ 1,4 milhão em espécie é fácil de transportar.

— É coisica à toa. É coisa simples. Carrega no carro. Uma caixinha desse tamanho leva um milhão.

Deputados e senadores consideraram igualmente intrigante o fato de a compra ter sido feita para a Mestra Administração, empresa da qual Santiago se disse administrador, sem, no entanto, nada receber pela função.

— Minha intenção era só ajudar os seus proprietários, como o senhor Écio Antônio Ribeiro, um competente engenheiro que prestou serviços e muito contribuiu para a Padrão — contou.

Segundo Santiago, o pagamento foi feito na residência dele a Wladimir Garcez, intermediário do negócio, e a Lúcio Fiúza, assessor de Marconi.

O empresário disse que, apesar de efetivada a compra, a casa não lhe foi entregue porque Garcez pediu o imóvel emprestado para uma amiga.

Afirmou ainda que não é sócio de Cachoeira e que manteve contatos sociais com Marconi, de quem fora vizinho. No fim do depoimento, que durou mais de quatro horas, Santiago autorizou a quebra de seus sigilos bancário, telefônico e fiscal. Como conselheiro administrativo da Mestra, autorizou a quebra dos sigilos da empresa.

Dúvidas

Vários pontos do depoimento do empresário, que durou mais de quatro horas, foram questionados pelos parlamentares

Contas bancárias

Mesmo sendo administrador da Mestra, não sabe em quais bancos a empresa tem conta bancária, nem seu faturamento.

Hóspede

Walter Santiago nunca perguntou e nem quis saber quem seria a pessoa que, a pedido de Wladimir Garcez, ficou por sete meses morando na casa comprada por ele.

Dinheiro

O empresário não explicou de onde saiu o dinheiro para o pagamento da casa e a razão de fazer o pagamento em dinheiro vivo, e não em cheque ou meio eletrônico.

IPTU

Ele deixou uma pessoa morando meses numa casa de R\$ 1,4 milhão sem se preocupar se as contas estavam ou não sendo pagas.

Escritura

Sendo representante legal da Mestra e administrador legal da empresa, não assinou a escritura, que foi lavrada num cartório em Trindade (GO).

Candidato

O comprador da casa de Marconi doou R\$ 20 mil para uma campanha, mas não se lembra para quem.



Walter Santiago fala à CPI, observado por Paulo Teixeira e Odair Cunha: "Uma caixinha desse tamanho leva um milhão"

Ex-sócia da Mestra nega conhecer compra de imóvel de Marconi



Sejana negou, em depoimento, conhecer Carlinhos Cachoeira

Mais uma testemunha recorreu ontem ao direito constitucional de permanecer em silêncio para não se incriminar na CPI. Sejana Martins foi sócia da Mestra Administração, que, formalmente, é dona da casa em que Carlinhos Cachoeira foi preso em fevereiro.

Amparada por liminar (decisão judicial provisória), Sejana começou respondendo perguntas do relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), mas decidiu usar o

direito ao silêncio após alguns minutos.

Ela afirmou que, apesar de a imprensa ainda apontá-la como sócia da Mestra, afastou-se da empresa em julho de 2011, dias depois da transação com a casa do governador de Goiás, Marconi Perillo

— Não tenho nenhuma informação, nenhum conhecimento, nem pessoal, nada mesmo. Durante o tempo em que eu estive presente, adquirimos apenas um lote no

valor de R\$ 120 mil. Era uma empresa que não deu certo e que não condizia mesmo com a minha formação profissional — afirmou a depoente, que disse não conhecer Cachoeira.

Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do governador Marconi Perillo, e Écio Antônio Ribeiro, sócio da Mestra Administração, apresentaram atestados médicos e não compareceram aos depoimentos, que também estavam marcados para ontem.

Três propostas de emenda à Constituição começarão a ser analisadas dia 13. Senadores pediram a votação após o início do processo por quebra de decoro contra Demóstenes

Voto aberto para cassação entra na pauta do Plenário

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, determinou ontem que a pauta do Plenário inclua todas as matérias que tratem da extinção ou limitação do voto secreto nas decisões do Senado e da Câmara, inclusive para perda de mandato. Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, no dia 13 começarão a ser examinadas as propostas de emenda à Constituição (PEC) 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), e 38/04, do então senador Sérgio Cabral.

Desde o início do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética, vários senadores passaram a defender o voto aberto para a cassação de mandatos e outras votações. Segunda-feira Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou de Sarney a inclusão na ordem do dia da proposta de Paim, que torna a maioria das votações abertas.

Essa PEC, apresentada no fim de 2006, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e há dois anos espera votação em Plenário. Pelo texto, o voto aberto vira regra com poucas exceções, como a aprovação de indicações para procurador-geral da República e ministros do Tribunal de Contas da União, além de presidentes de agências estatais ligadas a serviços de inteligência e assuntos estratégicos. O voto aberto valeria para escolher governador de território e dirigentes do Banco Central, após arguição.

A PEC também altera a Constituição para determinar que sejam abertas as decisões, em sessão conjunta do Congresso, sobre veto presidencial.



José Sarney determinou a inclusão dos projetos na pauta do próximo dia 13

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu o fim do voto secreto e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) entrou com mandado no Supremo Tribunal Federal para que seu voto seja aberto mesmo em votações secretas.

Para os defensores da PEC, o fim do voto secreto atende a clamor popular por maior transparência da atividade parlamentar, respondendo a apelo moral e ético. Eles argumentam que a democracia brasileira exige a abolição da prática, uma vez que o país não está mais sob regime autoritário, “quando se fazia necessário ocultar o voto do parlamentar em face a represálias e para proteger o exercício das funções parlamentares”.

Variações

A PEC 38/04 também já recebeu parecer favorável da CCJ, mas ainda precisa passar por cinco sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno no Plenário.

Já a PEC 50/06 prevê o voto aberto nos casos de perda de mandato e rejeição de veto presidencial. O substitutivo aprovado pela CCJ incluiu ainda as indicações

de governador de território, presidente e diretores do Banco Central e chefes de missão diplomática de caráter permanente. Essa proposta tramita em conjunto com a PEC 86/07, que foi rejeitada.

Em comum, as três PECs tornam público o voto para cassação de deputado e senador, mas apresentam variações nas exceções e na decisão sobre vetos.

Na Câmara dos Deputados, a PEC 349/01, do então deputado Luiz Antonio Fleury, proíbe o voto secreto não só no Congresso, na Câmara e no Senado, mas também estende a vedação às assembleias legislativas dos estados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e às câmaras municipais. O texto aguarda votação em segundo turno desde 2006. Após a absolvição da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) durante processo de cassação, em agosto de 2011, 13 deputados apresentaram requerimentos pedindo a inclusão da PEC na ordem do dia para a votação em segundo turno. Para grande parte dos parlamentares, a deputada foi absolvida por causa do voto secreto.

Relator no Conselho de Ética defende divulgação

O relator do processo por quebra de decoro contra Demóstenes, Humberto Costa (PT-PE), apoiou os pedidos de senadores pelo fim do voto secreto em Plenário nas avaliações de cassação de mandato. Humberto defendeu a votação da PEC de Paim, que torna a maioria das votações abertas.

Se o Conselho de Ética recomendar a cassação de Demóstenes, o Plenário precisará confirmar a decisão em sessão aberta, mas com votação secreta, pelas normas atuais. São necessários 41 votos para que um senador perca o mandato.

— Sou defensor de que o voto secreto só exista para temas em que a posição do parlamentar possa ser objeto de retaliação, especialmente do Executivo ou do Judiciário. Um assunto como julgamento de colegas deveria ter a votação aberta — argumentou o relator.

Marta Suplicy (PT-SP) acrescentou que o voto aberto evita que parlamentares se manifestem publicamente de uma forma e votem no sentido contrário.

— Nada mais adequado que cada um assumira suas posições e suas consequências — disse.

Ana Amélia quer decisão sobre fim do voto secreto

Ana Amélia (PP-RS) saudou a decisão de Sarney de incluir na pauta do Plenário todas as matérias que tratam da extinção ou limitação do voto secreto, até mesmo para votações que envolvam a cassação de mandato de parlamentar.

— Essa iniciativa está absolutamente sintonizada com a aspiração da sociedade brasileira, que exige transparência no Congresso — disse a senadora.

Ela defendeu voto secreto apenas no caso de indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), porque eventualmente eles serão julgadores dos membros do Congresso, e na análise dos vetos presidenciais.

A senadora ressaltou a importância de duas reuniões sobre medidas provisórias. A MP 568/12 reduz salários



Para senadora, recurso seria mantido na análise de vetos presidenciais

de médicos, veterinários e agentes comunitários de saúde. Embora tenha criticado o corte de salários, Ana Amélia apontou ganhos como o atendimento da demanda dos professores de universidades federais.

Ela falou ainda sobre a MP 571/12, que altera trechos do novo Código Florestal.

— É um desafio grande preservar o ambiente e, ao mesmo tempo, assegurar a produção de alimentos.

Conselho de Ética rejeita perícia em áudios da Operação Monte Carlo

O Conselho de Ética do Senado rejeitou ontem pedido da defesa de Demóstenes Torres para perícia nas gravações da Operação Monte Carlo. O senador responde a processo por quebra de decoro em razão de seu envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

Os conselheiros votaram com o relator, Humberto Costa, que citou uma série de decisões judiciais que garantem ao conselho o direito de acatar ou rejeitar o pedido.

— Esse requerimento tinha claramente o objetivo de protelar a decisão que o conselho precisa tomar — observou.

Humberto destacou que seu

relatório preliminar não foi baseado nos áudios interceptados pela Polícia Federal e ressaltou que as provas são suficientes para o relatório final.

— Talvez a principal fonte para meu relatório seja o próprio depoimento de Demóstenes no dia 29, quando ele assumiu em várias situações que a voz nas gravações é dele — afirmou Humberto.

Um dos advogados de Demóstenes, Marcelo Turbay, alegou que um técnico encontrou indícios de irregularidades nos áudios gravados.

— Supressão de tempo e edição de diálogos podem causar a nulidade de um eventual processo no Supremo Tribunal



Jayme Campos, Antonio Carlos Valadares e Humberto Costa: para o relator, intenção da defesa era atrasar o julgamento

Federal — disse o advogado.

O presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), assinalou que a decisão do colegiado é política e não judicial. Ele enfatizou que a rejeição do pedido não

afronta o direito de defesa.

O conselho aprovou pedido de informação sobre suposta servidora fantasma na Liderança da Minoria do Senado. Kênia, como foi identificada, teria sido contratada por Demóstenes a

pedido de Cachoeira.

— Em um dos diálogos, Demóstenes fala que precisaria mudá-la de posição porque estaria havendo uma caça às bruxas atrás de servidores fantasmas — justificou Humberto.



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Eunício Oliveira e Renan Calheiros, Assusete Magalhães é sabatinada

Comissão aprova indicação de Assusete Magalhães para STJ

Em sabatina ontem, a desembargadora federal Assusete Dumont Reis Magalhães teve sua nomeação para ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Seu nome agora será analisado pelo Plenário.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da indicação, abriu a sessão perguntando à juíza de que forma se pode tornar a Justiça mais rápida.

— Um dos caminhos para aliviar esse volume de processos encontra-se na adoção de técnicas alternativas de solução de litígios, como a conciliação.

Para ela, aumentar o número de ministros do STJ não seria a solução. Ela crê que o aumento do número de turmas (colegiados de juízes encarregados de cada processo) estimularia decisões divergentes sobre casos semelhantes, o que dificultaria

a formação de jurisprudência.

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) manifestou temor de que a recente decisão da Terceira Seção do STJ que inocentou um homem acusado de estuprar meninas de 12 anos, porque as vítimas eram prostitutas, abra precedente para a liberação da prostituição infantil. Assusete comentou:

— Filio-me à corrente minoritária. Uma criança de 12 anos não tem maturidade para saber se pode vender seu corpo.

Ao senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ela declarou que o Judiciário não pode se sobrepor ao Legislativo na elaboração das leis. Ela propôs o diálogo entre os Poderes como forma de evitar conflitos.

A magistrada foi indicada pela presidente Dilma Rousseff para a vaga do ministro Aldir Guimarães Passarinho Junior, que se aposentou.

TCU pede mais rigor em sabatina de indicados para agência reguladora

O ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União (TCU), pediu ontem ao Senado mais rigor nas sabinas das pessoas indicadas para ocupar as diretorias das agências reguladoras do setor de infraestrutura.

José Jorge disse que os cargos de direção, apesar de eminentemente técnicos, têm caráter político. Ele argumentou que isso não pode atrapalhar a exigência de formação técnica e outros méritos necessários para o exercício dessas funções.

— Temos de aprimorar esse processo [as sabinas no Senado] e torná-lo ainda mais rigoroso — declarou o ministro do TCU, numa audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos.

As agências que regulam os setores de infraestrutura são a Aneel (energia elétrica), a ANP (combustíveis), a Anatel

(telecomunicações), a ANTT (transportes terrestres), a Antaq (transportes aquaviários), a Anac (aviação) e a ANA (águas).

José Jorge lembrou que é comum as agências ficarem “acéfalas” com a falta de dirigentes — o que pode ocorrer quando um indicado é rejeitado pelo Senado. Para evitar o problema, que pode levar a uma “paralisia decisória”, o TCU recomenda que as indicações sejam feitas com alguma antecedência.

Outras medidas que poderiam aperfeiçoar a atuação das agências, segundo ele, são o fim do contingenciamento de recursos e a aprovação do projeto de lei que estabelece um marco legal para as agências.

A audiência foi proposta por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS).

José Jorge foi senador por Pernambuco de 1999 a 2007.



Márcia Kolumbe/Agência Senado

O ministro do TCU José Jorge fala em comissão, ao lado de Delcídio do Amaral

Tombini diz que sistema bancário do país é seguro

Questionado sobre intervenção no Cruzeiro do Sul, presidente do Banco Central disse que Fundo Garantidor de Crédito dá segurança aos correntistas, incluindo os dos pequenos e médios bancos

O SISTEMA FINANCEIRO nacional dispõe de “sólidos fundamentos macroeconômicos” e “colchões de liquidez” que asseguram a tranquilidade da atividade econômica, bem como a operação dos bancos de pequeno e médio portes, essenciais para a oferta de crédito a empresas menores e pessoas físicas.

Tal garantia foi dada ontem pelo presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Questionado pelos parlamentares sobre o Banco Cruzeiro do Sul, que está sob intervenção por causa de falhas graves de contabilidade, Tombini disse que o país conta com 128 pequenas e médias instituições bancárias, as quais, garantiu, estão sob constante monitoramento.

O presidente do BC ressaltou que a maioria dessas instituições não lida diretamente no varejo. A maioria delas está ligada a montadoras de veículos, tesourarias e negócios.

Tombini disse que a fiscalização do sistema tem

sido aprimorada e que casos como o do Cruzeiro do Sul fazem parte do “saneamento”. Ele afirmou que o Fundo Garantidor de Crédito é parte da estrutura de segurança do sistema e de garantia aos depositantes.

Flexibilização

Tombini frisou que o Brasil está avançando na agenda de reformas e investindo em infraestrutura, a fim de elevar a produtividade e a competitividade da economia.

Segundo ele, o cenário internacional continua sendo de “volatilidade nos mercados” e “perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos”. O dirigente afirmou que o ritmo da atividade econômica no Brasil deve acelerar ao longo de 2012, sustentado pela demanda interna e pela flexibilização das condições monetárias e financeiras.

A inflação segue “em trajetória de convergência para a meta”, disse, ao ressaltar que no fim do mês o BC revisará a meta de 3,5% de crescimento da economia em 2012.

Entre os “colchões de

liquidez”, Tombini citou as reservas internacionais e bancárias, a dívida pública cadente, o sistema financeiro sólido e o risco soberano em queda.

Em relação às mudanças em favor da economia, citou a criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público, a desoneração da folha de pagamento das empresas e a desoneração de investimentos em portos, ferrovias e redes de telecomunicações. Ele mencionou a desoneração da energia elétrica e a transformação do PIS e da Cofins em tributos não cumulativos — ambas em estudo pelo governo.

No debate, deputados criticaram o estímulo ao consumo, considerado excessivo, promovido pelo governo para acelerar a economia, e cobraram investimentos sociais.

— Pelo retrovisor, os fatos são positivos. Pela frente, há crise e quebra de bancos. Não vejo o cenário tão positivo — disse Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que o BC não tem cumprido de forma adequada o papel de fiscalizar os bancos.



Ana Volpe/Agência Senado

Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg e Paulo Pimenta ouvem Alexandre Tombini: “Colchões de liquidez”

Rejeitado uso da Cide para financiar carteiras de motorista

A Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou o projeto de lei que permitiria a utilização de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para financiar a habilitação de motoristas de baixa renda.

Para a maioria dos senadores da comissão, usar os recursos da Cide para financiar a gratuidade da carteira nacional de habilitação (CNH) seria desvirtuar seus objetivos.

A contribuição incide sobre a importação e a comercialização de combustíveis e tem sua arrecadação destinada especialmente à recuperação de rodovias. Do total arrecadado, 71% vai para a União e os outros 29% são distribuídos entre os estados.

O projeto em questão (PLS 593/11) é do senador Clésio Andrade (PMDB-MG). Como foi votado em decisão terminativa, deverá ser arquivado — a não ser que seja apresentado recurso para levar a decisão final para o Plenário.

Alvaro culpa Haddad por problemas nas federais

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que as dificuldades enfrentadas pelas universidades federais — cujos professores, em parte delas, estão em greve — devem-se à falta de planejamento na expansão promovida pelo governo do PT e pelo ex-ministro da Educação Fernando Haddad.

Na opinião do senador, essa expansão foi “eleitoreira”.

— A falência das universidades federais é obra do atual governo e do ministro Fernando Haddad. A maior desgraça foi a criação de um projeto sem planejamento, que está destruindo as federais, o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] — afirmou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovada consolidação da legislação sanitária vegetal e animal

O Senado aprovou o projeto (PLS 592/12) que consolida a legislação federal sobre as questões sanitárias vegetal e animal. A matéria agora vai para a Comissão Diretora, para a redação final. Antonio Russo (PR-MS), autor do projeto, explica que a ideia é organizar a legislação, já que o projeto envolve um grande número de decretos e leis editados desde a década de 1930. A técnica, segundo o senador, é extinguir dispositivos repetidos, contraditórios e desatualizados, dirimindo dúvidas, sem alterar o conteúdo das leis.

Agroindústria voltará a aproveitar crédito presumido

O Plenário aprovou o projeto (PDS 277/12) que torna sem efeito as relações jurídicas constituídas por uma medida provisória que vedou o aproveitamento de crédito presumido do PIS-Pasep e da Cofins quando o insumo agropecuário adquirido pela agroindústria fosse empregado em produtos destinados à alimentação humana e animal, em relação aos quais não incidam os tributos. Isso permitirá que agroindústrias voltem a aproveitar o crédito presumido dos quase seis meses em que a MP foi adotada, em 2011 e 2012.



Bohn Gass (C), Luiz Henrique (2º à dir.) e Viana (D) no colegiado: nova tentativa de consenso entre produção e preservação

Instalada comissão que vai analisar MP da lei florestal

Ontem foram eleitos o deputado Bohn Gass para presidente do colegiado e os senadores Jorge Viana e Luiz Henrique como vice e relator. Número de emendas à MP, mais de 600, foi considerado normal

FOI INSTALADA ONTEM a comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 571/12, que altera o novo Código Florestal. Foram eleitos o deputado Bohn Gass (PT-RS) para presidente do colegiado e os senadores Jorge Viana (PT-AC) para vice e Luiz Henrique (PMDB-SC) para relator.

Viana e Luiz Henrique consideraram normal o grande número de emendas apresentadas por deputados e senadores ao texto da MP, editada pela presidente Dilma Rousseff na semana passada. Luiz Henrique, que foi relator do projeto do novo Código Florestal em duas comissões no Senado, reafirmou sua disposição ao diálogo e à busca pela convergência.

— Vou trabalhar nas

emendas, inclusive durante o próximo fim de semana, para poder analisar emenda por emenda, dando a maior atenção a cada senador e a cada deputado.

Ele lembrou que a presidente Dilma Rousseff reduziu, por meio da MP, a exigência de recomposição de matas ao longo dos rios nas pequenas propriedades. Para o relator, essa decisão ajudará no consenso, “pois a luta da Frente Parlamentar da Agricultura é basicamente em favor dos pequenos agricultores”.

Jorge Viana, que foi relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, destacou a importância de um novo Código Florestal que concilie produção com preservação e dê segurança jurídica ao campo. Para ele, a redução

do desmatamento que vem ocorrendo no país torna mais fácil um entendimento.

— Mas a legislação brasileira ainda fragiliza a vida de quem quer produzir — disse.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) alertou para a necessidade de o Brasil não permitir retrocessos na legislação ambiental. Acir Gurgacz (PDT-RO) entende que muitas emendas foram apresentadas apenas para marcar posição.

Aprovado pelo Senado depois de muito debate, o projeto do novo Código Florestal foi alterado na Câmara. A presidente Dilma sancionou, com muitos vetos, a versão dos deputados (Lei 12.651/12).

A MP 571/12 foi editada para recuperar parte da proposta que havia sido aprovada pelos senadores.

Legisladores terão papel fundamental na Rio+20, afirma Cícero

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que a Cúpula Mundial de Legisladores será um dos principais eventos da Rio+20.

— Os legisladores, acostumados que estão a pensar em normas de interesse geral em seus países, certamente definirão propostas que podem auxiliar os debates do evento — disse.

A Rio+20 acontece de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, e a Cúpula Mundial de Legisladores ocorre nos dias 15, 16 e 17. Segundo Cícero, 38 presidentes de parlamentos já confirmaram presença e mais de 80 países estarão representados.

Cícero é o atual presidente da representação brasileira da Globe International, que discute ações legislativas para a questão ambiental.

Eunício Oliveira pede ajuda urgente para 166 cidades cearenses

Eunício Oliveira (PMDB-CE) pediu ontem ajuda urgente do governo federal para as cidades cearenses atingidas pela seca, uma das maiores dos últimos anos. Ele informou que 166 dos 184 municípios do Ceará estão em estado de calamidade pública.

O senador dirigiu seu discurso à presidente Dilma Rousseff e aos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Fernando Bezerra, da Integração Nacional. Para ele, além de assistência emergencial, o estado precisa de renegociação de dívidas e de abertura de créditos para os agricultores afetados. Eunício cobrou “agilidade, presteza, solidariedade e respeito” por parte das autoridades públicas.

Para ministério, morador do semiárido precisa se adaptar à seca

Não adianta combater a seca do semiárido. A atitude mais correta é aprender a conviver com a ausência de chuvas.

Esse foi o tom da audiência pública sobre as ações de prevenção e adaptação no semiárido nordestino, ontem, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

O diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campello, frisou que a população precisa se aliar às especificidades do clima nordestino.

Ele lembrou que há 500 anos o Brasil convive com a seca, insistindo em tentar combatê-la.

Para Campello, é preciso traçar uma estratégia de sustentabilidade exclusiva para o semiárido a fim de garantir recursos

suficientes para a segurança alimentar da população e dos animais. Essa estratégia estaria relacionada à sustentabilidade nos momentos de dificuldade, como na seca.

Um dos erros de estratégia,

segundo Campello, é justamente querer comparar a produção da agricultura familiar do semiárido com a de outras regiões.

— Como é que um produtor sustenta a sua família com uma produção de 200 quilos de feijão? No Sudeste, um hectare produz duas toneladas de feijão. No Nordeste, são 300 quilos. Tem que haver uma estratégia de sustentabilidade ou o agricultor, para sobreviver, vai querer que aquele solo produza mais, o que não é sustentável para a região.



Francisco Campello, Sérgio Souza, Márcio Macêdo e Edécio Vigna em audiência

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marta destaca novo pacote de medidas ambientais



O protagonismo brasileiro na preservação do meio ambiente foi celebrado ontem por Marta Suplicy (PT-SP). Ela elogiou a presidente Dilma Rousseff pelo pacote de medidas ambientais anunciados com o compromisso de “incluir, crescer e sustentar”.

— O Brasil hoje é reconhecido internacionalmente pelos esforços para promover o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.

A senadora listou as medidas que considera mais importantes do pacote do governo. Entre elas estão a vinculação das compras públicas a critérios de preservação, os programas para acabar com os lixões e a criação de uma agenda nacional de reciclagem de resíduos sólidos.

Brasil deve ser exemplo para o mundo, diz Davim



Sede da conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20), o Brasil deve dar o exemplo nas práticas ambientalmente sustentáveis, disse ontem Paulo Davim (PV-RN). Citando a Organização Internacional do Trabalho, o senador afirmou que a economia verde já emprega quase 3 milhões de brasileiros. Davim disse que os governos precisam criar oportunidades de trabalho para 1,5 bilhão de pessoas na economia sustentável.

Para o senador, a opinião pública global já entendeu a importância da redução das emissões de gases de efeito estufa. A questão, avaliou Davim, é como transformar essa certeza mundial em prática e decisões governamentais.

Raupp diz que só sustentabilidade leva ao crescimento



O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, foi lembrado por Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele afirmou que apenas com desenvolvimento sustentável o Brasil conseguirá crescer e, para isso, precisa adotar soluções de compromisso com o meio ambiente.

Raupp ressaltou que o Brasil tem ampla variedade de situações ambientais, como secas e enchentes simultâneas em regiões distintas, que o setor agropecuário tem forte presença na economia nacional e que demandas da indústria afetam o meio ambiente, como a necessidade de energia para garantir a produção.

— Não existe solução fácil para questões ambientais. A palavra-chave, nesse caso, é sustentabilidade — afirmou.

Anibal comemora desmatamento menor na Amazônia



Anibal Diniz (PT-AC) saudou o Dia Mundial do Meio Ambiente comemorando a queda de 78% no desmatamento da região amazônica entre 2004 e 2011. Ele celebrou o anúncio da presidente Dilma Rousseff de que a Amazônia Legal apresentou a menor taxa de desmatamento desde 1988, ano em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais começou a medição.

Anibal citou dados apresentados pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, segundo os quais 81,2% da floresta original está conservada. Ele lembrou que seu estado vem promovendo práticas e atividades sustentáveis que aliam o crescimento econômico à proteção ambiental, com apoio aos agricultores e incentivos à produção e à preservação.

Ministra do Meio Ambiente pede mais competitividade

Produtos primários do Brasil precisam ter as mesmas garantias concedidas aos países desenvolvidos, afirmou Izabella Teixeira em audiência que aprovou sugestões para documento final da Rio+20

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que o Brasil quer garantir, para vender seus produtos primários, as mesmas condições concedidas aos países desenvolvidos.

— Na hora de plantar e vender lá fora, queremos as mesmas condições de competitividade, e os mesmos subsídios, se for o caso — afirmou a ministra

Izabella observou que a discussão sobre meio ambiente deve abranger temas como segurança hídrica, cidades sustentáveis, segurança energética com base em energia renovável e também segurança alimentar. Para ela, não adianta falar só de

energia renovável: é preciso falar também dos meios de implementação de uma matriz energética mais limpa e dos custos relacionados a essa implantação.

Já o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, afirmou que é preciso debater a questão ambiental dentro da questão econômica, abrangendo também aspectos políticos. Steiner disse ser necessário reavaliar o programa de meio ambiente das Nações Unidas, elaborado há 40 anos. Para ele, a Rio+20 é uma oportunidade única para a mudança do paradigma.

Documento final

Durante a sessão, foram aprovadas 14 sugestões para o documento final da Rio+20. A proposta foi colocada em votação pelo presidente da

CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Entre as sugestões aprovadas na audiência de ontem, estão a conceituação mais precisa da economia verde, além de um reforço à sua importância como instrumento para a promoção do crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social; a definição de mecanismos de financiamento do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento; a criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento e transferência de tecnologias verdes para os países em desenvolvimento; e a indicação da necessidade de criação de mecanismos de regulação e controle do mercado financeiro internacional, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.



Fernando Cesar, ministra Izabella Teixeira, senador Rodrigo Rollemberg e Achim Steiner, subsecretário-geral da ONU

Comissões apresentam revista sobre Rio+20

As comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE) lançaram ontem o 11º número da revista *Em discussão!*, editada pelo **Jornal do Senado**. A publicação aborda a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação

Social, Fernando Cesar Mesquita, fez a apresentação da revista.

— Esse número é uma contribuição do Senado para a Rio+20, para que a sociedade tome conhecimento do papel da conferência — afirmou.

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ressaltou que a revista levou em consideração

os debates promovidos por duas subcomissões, da CRE e da CMA, presididas pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, elogiou a revista e citou trechos da publicação para demonstrar a diversidade de opiniões acerca do que deve ser tratado na Rio+20.

Senado aprova instituição do Prêmio Mérito Ambiental

O Plenário aprovou ontem o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pela Casa. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor da ideia, disse que serão premiadas pessoas físicas e jurídicas que tenham desenvolvido iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), o Brasil está na vanguarda do mundo nas questões ambientais.

— Nós, realmente, só estamos fazendo o nosso dever de casa — declarou Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão.

Rollemberg: Brasil é líder no desenvolvimento sustentável

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou a liderança do Brasil na questão do desenvolvimento sustentável lembrando que, enquanto no mundo a média de energia renovável é inferior a 13%, no Brasil ela é superior a 45%. O senador, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente, informou que ontem a presidente Dilma Rousseff deu início às formalidades para a realização da Rio+20. Ele comemorou os menores índices de desmatamento, divulgados pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Segundo ele, o Brasil foi o país que criou mais unidades de conservação nos últimos anos.

Viana elogia medidas, mas alerta que há muito a fazer

Depois de registrar a importância do Dia Mundial do Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo pacote de medidas ambientais anunciado ontem. Para o senador, o Brasil ainda enfrenta muitos problemas na questão ambiental, mas é um dos poucos países do mundo que “tem feito o dever de casa”.

O senador reconheceu, no entanto, que ainda há muito trabalho a ser feito. Segundo Viana, o Brasil carrega duas grandes responsabilidades: tornar-se um dos maiores produtores de alimentos do mundo e preservar o meio ambiente.



Debate sobre a MP 568/12 na comissão mista foi acompanhado por médicos, que denunciam redução salarial de 50%

Eduardo Braga: servidores não terão direitos violados

Líder do governo no Senado, o relator da MP que reajusta os salários de 937 mil servidores federais diz que fará correções para evitar perdas aos médicos de hospitais federais, com carga horária dobrada

RELATOR DA MEDIDA que reajustou as remunerações de diversas categorias do funcionalismo, Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que vai rejeitar qualquer proposta que “viole os direitos constitucionais dos trabalhadores”.

O senador participou ontem de audiência pública na comissão mista encarregada de analisar a MP 568/12. Líder do governo no Senado, Braga destacou que a mudança afeta 30 categorias.

— Se assumi a relatoria é porque o governo entendeu que é preciso fazer correções na medida — afirmou.

A MP aumenta os salários de 937 mil servidores federais a

partir de 1º de julho, mas passa de 20 para 40 horas a carga horária semanal dos médicos de hospitais federais, o que, segundo a categoria, reduz os salários atuais pela metade.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Cid Célio Carvalhaes, disse que, “se necessário, os médicos farão paralisação geral”. Aloísio Tibiriçá, do Conselho Federal de Medicina, acusou o governo de não saber que rumo quer dar à saúde.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton Maurício, disse que os servidores do Departamento Nacional de

Obras Contra as Secas (Dnocs) tiveram uma redução de 70% dos salários.

Parlamentares também criticaram a MP. Para o deputado Mandetta (DEM-MS), “não dá para salvar nada, vamos propor que a medida comece do zero”.

Ana Amélia (PP-RS) ponderou que a MP apresenta também medidas benéficas para algumas categorias. Paulo Davim (PV-RN) disse que ele e seu partido sempre se posicionaram contra a proposta “por uma questão de justiça e cidadania”. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que os efeitos negativos da MP serão sentidos na saúde e educação públicas, áreas consideradas prioritárias para a população.

Ângela lamenta impacto negativo para professor



Da mesma forma, os professores das instituições federais sofrerão perdas, em especial no que se refere à remuneração por dedicação exclusiva”, afirmou Ângela Portela (PT-RR).

A senadora disse, no entanto, esperar que o texto seja corrigido na comissão mista encarregada de sua análise.

Eduardo Amorim apoia repúdio à medida



A decisão do Conselho Federal e dos 27 conselhos regionais de Medicina, de manifestar publicamente repúdio à MP 568/12, foi apoiada por Eduardo Amorim (PSC-SE). De acordo com o senador, há mais de 50 anos a carga horária dos médicos do serviço público federal é de 20 horas semanais, mas o Ministério do Planejamento alega ser necessário equipará-los aos demais profissionais de nível superior.

— Os vencimentos [dos médicos] ficarão congelados, até que o valor corresponda a 50% da tabela original — afirmou.

Mozarildo Cavalcanti elogia Rede Sarah de hospitais



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação como exemplo de “como fazer saúde com excelência”. Ele lembrou que a rede, presente em oito cidades, é referência internacional na recuperação de pacientes com traumas.

— A Rede Sarah presta um serviço de altíssima qualidade. Prova que, com um bom modelo de gestão, é possível um sistema de saúde público de qualidade — afirmou.

Lopes defende a divulgação do salário líquido de servidor



Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu o PLS 186/12, de sua autoria, que prevê a divulgação apenas do valor líquido dos salários de servidores públicos. O projeto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para ele, o servidor não pode ser considerado “vilão”. A divulgação do valor líquido, afirma, além de dar uma informação precisa à sociedade, evita constrangimentos a quem paga pensão ou empréstimos.

Comissão responde à ausência de Mercadante cancelando audiência

A audiência pública que debateria os critérios utilizados para a escolha das obras do Programa Nacional do Livro Didático foi cancelada pela Comissão de Educação (CE).

A sugestão partiu do presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), em resposta ao cancelamento da presença do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no evento, que seria na próxima terça. O MEC anunciou que Mercadante participará da Conferência Rio+20, e seria substituído na audiência pelo secretário de Educação

Básica, Cesar Callegari. No entanto, segundo Requião, o próprio ministro pedira para ser ouvido pessoalmente e marcara a data da audiência.

A CE ainda aprovou requerimento de Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Davim (PV-RN), que convida os presidentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, e da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste, Eduardo Serrano da Rocha, entre outros, para audiência sobre cotas de patrocínio aos clubes do Campeonato Brasileiro.



Requião, presidente da CE, ao lado de Acir Gurgacz: ministro quis ser ouvido

CPI conhece ação dos EUA contra o tráfico de pessoas

A CPI que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas está nos Estados Unidos para conhecer a experiência do país na repressão a esse tipo de crime. Segundo a presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o tráfico de pessoas consta da lei penal dos EUA, mas eles só aprovaram uma legislação específica a partir de 2000.

— A última revisão foi feita em 2008. E existe ainda um programa local de amparo às vítimas desse crime — disse.

A senadora considerou importante a troca de experiências. Ela observou que, se os Estados Unidos se sobressaem como destino das vítimas do tráfico, o Brasil enfrenta tanto o drama de ter cidadãos levados para fora quanto o de atrair estrangeiros nessa condição.

Segundo Vanessa, o relatório da CPI deverá ser entregue até julho. Lídice da Mata (PSB-BA), relatora da CPI, também participa da visita aos EUA.

Ana Rita destaca atuação de comissão a favor da mulher

A CPI mista da Violência contra a Mulher completou cem dias de atividades, destacou Ana Rita (PT-ES), relatora da comissão.

A senadora informou que a CPI, presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), já realizou 18 audiências, seis delas fora de Brasília. Para Ana Rita, a situação de descaso com a vida das mulheres é igual em todo o país e agravou-se nas últimas décadas. Ela registrou que o Brasil é o sétimo país do mundo em morte de mulheres, e que apenas cerca de 10% dos homicídios são investigados



Ana Rita: situação de descaso com a mulher piorou nas últimas décadas

com sucesso no país. A falta de estrutura, a baixa qualificação técnica da polícia e a demora do Judiciário refletem, na visão da senadora, “a pouca capacidade do Brasil em realizar justiça no prazo adequado”.